

-----**ATA N.º 3/2019**-----

-----Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas vinte horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Denise do Nascimento Fragona, estando presentes os seguintes membros: -----

-----Ana Isabel Lucas Cabral Janelas;-----

-----Joaquim Lopes de Abreu;-----

-----Olga Maria Pereira Marques;-----

-----Augusto Miguel Almeida do Espírito Santo;-----

-----Albino Freire Bárbara;-----

-----Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva;-----

-----José António Rodrigues de Sousa;-----

-----Alexandra Raquel da Fonseca Monteiro;-----

-----José Manuel Monteiro Antunes;-----

-----Maria Angelina Veloso Marques Dias;-----

-----Jónatas da Fonseca Farias Rodrigues;-----

-----Cláudia Maria Geraldés Aguiar;-----

-----Flávio Manuel Granjal de Sá;-----

-----Helena Susana Cardoso Belo;-----

-----António dos Santos;-----

-----Joaquim de Almeida;-----

-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal;-----

-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana;-----

-----António Fernando de Jesus Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro;-----

-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----

-----Luís Bernardo Pina Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----

-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela;-----

-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----

-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----

-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira; -----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares; -----

-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa; -----

-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais; -----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz; -----

-----José Rocha Gonçalves, Presidente da União de Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego. -----

-----**Faltou a esta sessão o seguinte membro:**-----

-----João Paulo Pinheiro Machado, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro; -----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores José Albano Pereira Marques, Bruno Alexandre Castro de Almeida e Júlio Manuel dos Santos. -----

-----  
-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pela Senhora Deputada Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva e pelo Senhor Deputado Augusto Miguel Almeida do Espírito Santo, na qualidade de primeiro e segundo secretários respetivamente, declarou aberta a sessão.-----  
-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE UM DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZANOVE**-----

-----Após apreciar o pedido e tendo o mesmo sido apresentado no prazo estabelecido, a Mesa da Assembleia Municipal considerou justificada a falta da Senhora Deputada:-----

-----Ana Isabel Lucas Cabral Janelas -----  
-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, tendo-se inscrito a Senhora Maria da Conceição Andrade.-----  
-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra à Senhora Maria da Conceição que disse ter muitos pedidos de ajuda de pessoas carenciadas. Gostaria de saber o que a Câmara tem feito de relevante na área social, uma vez que há uma das maiores percentagens do país de índice de pobreza. Referiu que há pessoas a receber o complemento para idosos, mas a Câmara não informou essas pessoas relativamente a essa área. Gostaria de saber quais as ações sociais que se têm feito, pois na verdade não vê nada de diferente na Autarquia na área social. O que a Câmara apenas tem feito é dar alguma ajuda a nível de produtos alimentares, mas considera que, isso não são medidas de uma Autarquia. Segundo estudos feitos, há 68% de idosos e mais uma

percentagem de 5% de aumento em cinco anos, a viver abaixo do limiar da pobreza. Há idosos que vão para os lares cuja mensalidade é no mínimo de 800€, e por vezes nem um acompanhamento têm, bem como, alguns que vivem sozinhos e se a área social da Câmara não der algum apoio, cada vez mais se agrava a situação e os idosos acabam por morrer isolados. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que têm feito um esforço no sentido de se dar resposta, tentando identificar as situações de risco, de abandono e exclusão. Cada vez mais se fala em se trabalhar em rede e a exclusão social vai ser um dos focos, dando apoio a algum trabalho que tem sido feito pelo Gabinete de Apoio Social, nomeadamente a nível de isenção de pagamento de água, isenção de transportes escolares, apoio a nível de transportes e alimentação dos filhos em idade escolar. -----

-----Mais disse que, estavam a trabalhar com o programa 1º direito, que pretende apoiar o acesso à habitação e já foi identificado um conjunto de famílias, para além das famílias de etnia cigana. -----

-----Ao nível do abandono de algumas famílias que estão mais isoladas, disse estarem em colaboração com a GNR. Também as IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social vão dando algum apoio em situações de grande risco, mas existirão igualmente casos em que a ajuda ainda não chegou ou que precisa de ser melhorada. Contudo, com o ressurgir do CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social irão responder a mais situações, sendo um instrumento de ajuda nessa área. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos tratados na Comissão Permanente realizada na Freguesia de Prados, cujos membros fizeram chegar as suas preocupações. Informou que a próxima reunião da Comissão Permanente será realizada na Freguesia de Açores. -----

-----De seguida deu conhecimento de uma carta rececionada na Assembleia Municipal emanada pela Senhora Helena Abrantes, onde reclama um pagamento ao Município, relativo aos livros que o Dr. Leonel Abrantes escreveu, documento cuja cópia se anexa a esta ata **(1)**, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Assim, questionou o Senhor Presidente da Câmara, no sentido de saber se tinha conhecimento deste assunto e se já tinha dado resposta. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que, na realidade, existe uma dívida do Município para com a Senhora Helena Abrantes e que estão a trabalhar no sentido de lhe dar uma resposta. Em termos de formalismos não terão sido os mais adequados, uma vez que os livros do Dr. Leonel Abrantes foram deixados à responsabilidade da Empresa Municipal, que se encontra em processo de liquidação, estando os livros à venda no Posto de Turismo de Linhares da Beira. Como a Empresa Municipal transitou para a Câmara Municipal, há falta de evidências que lhes permitam fazer essa liquidação. Mais disse que, este processo estava, neste momento, a ser tratado pela Dra. Cristina Ribeiro, a responsável pela transição dos assuntos pendentes da Empresa Municipal. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra, à Técnica do Gabinete Florestal, Engenheira Teresa Cardoso e ao Dr. Pires Veiga representante dos apicultores para prestarem alguns esclarecimentos e alertas relativamente à vespa asiática. -----

-----A Técnica tomou a palavra, começando por dar conhecimento de uma reunião que ocorreu há uns tempos atrás entre a Câmara Municipal e um grupo de representantes dos apicultores, que ali se faz representar pelo Dr. Pires Veiga. Acharam que a melhor forma de transmitir a informação que foi tratada na referida reunião, seria vir a esta Assembleia, isto porque, infelizmente, quando tentam reunir todos os Presidentes de Junta de Freguesia, não têm a adesão de todos, para poderem transmitir as informações que consideram relevantes.-----

-----O assunto prende-se com o plano de ação de controlo da vespa asiática, sendo que esta acaba por ser um problema no que diz respeito tanto ao setor da agricultura como da saúde pública, isto porque, infelizmente, a grande parte dos ninhos que exterminaram no ano anterior foi dentro do perímetro urbano, o que faz com que os danos a nível da saúde humana possam ser elevados. Informou que, desde o ano anterior, que a Câmara dava cumprimento ao plano de ação de controlo da vespa asiática, plano esse que tinha várias vertentes, nomeadamente a parte da informação. O que pretendiam era que as Juntas de Freguesia lhes reportassem a existência de ninhos nas várias freguesias, e que lhes dessem apoio na colocação das armadilhas. A Câmara irá colocar cerca de cem armadilhas dispersas pelo Concelho, têm de fazer a substituição do isco de quinze em quinze dias e fazerem a monitorização daquilo que vai caindo dentro das armadilhas. Acaba por ser um trabalho que, se houver uma parceria com as Juntas de Freguesia, arranjando alguém que lhes dê algum apoio, seria mais fácil tratar essa situação.-----

-----A outra etapa passará pela extinção dos ninhos, dando conhecimento de que a Autarquia apresentou uma candidatura, o que permitirá fazer face aos custos que comporta a extinção desses ninhos, uma vez que os produtos utilizados para esse efeito têm o seu preço, tal como todos os quilómetros que têm que percorrer. Se não se tomarem as medidas certas podem ter uma dimensão tanto ou mais elevada do que os Concelhos confinantes.-----

-----  
-----O Senhor Dr. Pires Veiga referiu que, está-se perante um problema grave e com essa preocupação, o Governo, através do despacho nº 8813/2017 criou a Comissão de Acompanhamento para a Vigilância, Prevenção e Controlo da vespa velutina. Esse mesmo despacho refere que, a vespa velutina instala-se sobretudo nas áreas urbanas e periurbanas podendo constituir um risco para essas populações pela sua agressividade e concentração de indivíduos e ninhos.-----

-----Informou que, em Celorico da Beira os ninhos destruídos foram vinte e o país neste momento já lamenta duas mortes relacionadas com a vespa asiática, para além de causar prejuízos graves para os apicultores. É um sério perigo para a economia, para o turismo e também para a saúde pública, porque se instala na parte urbana. Hoje em dia é normal recorrer-se a empresas especializadas como, por exemplo, a Associação NATIVA – Natureza, Invasoras e Valorização Ambiental que trabalha nesta área. Contudo, não basta uma empresa especializada para retirar os ninhos, é fundamental, também, fazer-se um diagnóstico. Para este projeto, estão articuladas com a Câmara algumas ações que, embora não se elimine a vespa, têm de estar atentos a este fenómeno, porque cada ninho deixa sempre vespas para colonizar para o ano seguinte. Assim, seria importante que as Juntas de Freguesia estivessem informadas, pois nenhum Concelho consegue viver sem a colaboração das mesmas.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu o alerta e solicitou aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que fossem mais assíduos neste tipo de reuniões, de forma a evitar o recurso às sessões da Assembleia Municipal para este tipo de assunto. -----

-----De seguida deu a palavra ao Senhor, **Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal**, José Francisco Gomes que agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara os apoios que tem dado à sua freguesia, nomeadamente, no arranjo do muro do campo de futebol e, principalmente,

nas obras de recuperação do Centro de Dia, dado que a Associação não tinha dinheiro para efetuar as referidas obras. -----

-----Tendo pedido a palavra o Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que, uma vez que o mês de abril tem algum significado para o partido socialista, a bancada do PS não ficaria bem, se ali, na presente sessão, não fizesse uma referência à mensagem do 25 de abril. Esta é uma data que os sensibiliza a todos, uma vez que a mensagem do 25 de abril é de justiça social, de fraternidade, de liberdade e de igualdade. Em Celorico da Beira, também se comemorou esta data, tendo estado presente nas comemorações, como todos os anos, o Senhor José Albano Ferreira, a quem o Senhor Presidente da Câmara não deu a palavra para discursar, sendo ele um militar de abril. -----

-----Fez uma saudação ao Senhor Américo Rodrigues que foi e ainda é um homem de cultura, sendo hoje o diretor geral das artes, desejando que tudo lhe corra bem. -----

-----Referiu-se à Cimeira Ibérica que vai decorrer na Guarda no mês de junho, devendo o Senhor Presidente da Câmara informar o Senhor Primeiro Ministro de que foi aprovada uma moção, por unanimidade, nesta Assembleia Municipal, lembrando-lhe que as empresas proprietárias da Central Nuclear de Almaraz estão a pedir ao Governo espanhol para que licencie novamente Almaraz, mas tem de se pedir ao Senhor Primeiro Ministro de Portugal para que Almaraz não seja licenciada. -----

-----Falou também, no tema do lítio em que toda a região da Guarda, Celorico da Beira, Fornos de Algodres e toda a zona raiana tem muito lítio, mas todo este território não está integrado nessa rede nacional. Se efetivamente, os futuros carros elétricos tiverem necessidade do lítio, o nosso território não poderá ficar de fora. -----

-----A propósito da exposição feita nesta sessão, sobre o tema da vespa asiática, informou que, a próxima reunião da assembleia da CIM –

Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela será em novembro onde poderão abordar o referido assunto. -----

-----Fez referência à retirada das árvores existentes em frente ao Mercado Municipal, incorrendo esse ato num crime ambiental. -----

-----Disse ainda que, viu no *facebook* do Município, que o anterior Executivo nada tinha feito em prol do Concelho e que o atual é que estava a trabalhar muito bem, mas alerta para que o *facebook* do Município não sirva para fazer campanha eleitoral. Porém, fizeram um levantamento e verificaram a existência de várias empresas que garantiram muitos postos de trabalho e que abriram as suas portas no Executivo anterior. A Clínica de Hemodiálise também é um assunto que já vem do anterior Executivo, mas parece que não avança. Efetivamente, se algumas coisas não correram bem no Executivo anterior, com o atual também não, no entanto, a responsabilidade política é do Senhor Presidente. -----

-----Tomando a palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse considerar que, o 25 de abril foi um marco que fez uma mudança civilizacional no País e que se identifica com os valores fundamentais de abril, devendo enaltecer-se o sentido humanista, o progresso civilizacional, a democracia e a igualdade. Em relação às comemorações referentes a esse dia, também foi ele que no ano anterior fez o discurso, desconhecendo que estavam ali militares de abril, não existindo qualquer tentativa de desconsideração, discriminação ou exclusão de ninguém. -----

-----Relativamente à questão do Senhor Américo Rodrigues reconhece o seu trabalho, mas não lhe parece que tenha de ser feita na Assembleia Municipal alguma consideração especial, porque senão teriam que trazer uma série de cidadãos do Concelho que, também, mereciam igual destaque, parecendo-lhe haver ali uma partidarização. -----

-----Quanto à Cimeira Ibérica e ao lítio, essas questões ambientais são uma preocupação geral. No lítio as coisas não são assim tão lineares, desconhecendo-se as consequências em termos ambientais. Em todo o

caso informou que o Município já tinha sido contactado por uma empresa no sentido de fazer uma exploração nessa área.-----

-----Sobre a questão das árvores esclareceu que estas foram transplantadas para o Bairro de S. Francisco, nas Casas do Soeiro. De qualquer forma, essas árvores mais cedo ou mais tarde tinham de ser mudadas ou cortadas, porque existe um projeto de requalificação da envolvente do Mercado Municipal. -----

-----Em relação à questão do *facebook* do Município reconhece que nem sempre existe um acompanhamento a par e passo. Mas não lhe parece que haja ali alguma propaganda política. -----

-----No que concerne a Clínica de Hemodiálise, espera que de facto esta seja uma realidade, uma vez que, seria um fator de progresso para o Concelho, porque implicaria mais postos de trabalho e uma alavancagem para outros investimentos. Os responsáveis dessa clínica, há cerca de dois meses, vieram ao Município e foi feito o registo do terreno. Comprometeram-se que, no espaço de quinze dias entregariam os projetos relativos à engenharia, mas até agora nada foi entregue. -----

-----Em resposta, o Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que quando colocava certas questões, estas eram concretas. E na luta política ou partidária, o Senhor Américo Rodrigues não é partidário, o lítio não é radioativo e aquilo que pediu foi que fossem integrados na rede nacional do lítio. Naturalmente que, quando se referiu ao *facebook*, gostaria que apenas fosse utilizado para mostrar o que de bom a Câmara faz. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que, o trabalho que tem sido feito tem sido em prol do Concelho e não para as eleições europeias. As questões ali levadas pelos Munícipes são importantes, o Concelho tem carências que devem ser tidas em conta.-----

-----Quanto à vespa asiática disse ter ficado mais elucidado e é efetivamente, uma ameaça para o futuro.-----

-----É um facto que, o acontecimento do 25 de abril de 1974 foi uma mais-valia para Portugal. No entanto, em Celorico da Beira, têm sido feitas duas cerimónias sobre a mesma temática, o que não faz sentido, uma vez que, se todos querem trabalhar em prol de Celorico da Beira, deveriam estar todos juntos, independentemente do partido a que pertençam. Assim, lançou o desafio de que no próximo ano, as referidas comemorações fossem um acontecimento único e em grande, estando todos unidos. Agradeceu o agradável espetáculo, que nesse dia lhes foi proporcionado no Centro Cultural, apresentado pela Universidade Sénior, bem como agradeceu, ao grupo musical “Feiticeiros e Amigos” que cantou algumas músicas alusivas ao 25 de abril. -----

-----Relativamente ao Senhor Américo Rodrigues, considera-o uma pessoa de bem, com capacidades para ajudar Celorico da Beira a nível cultural. -----

-----No que respeita às árvores que foram retiradas da frente do Mercado Municipal, considera que foi uma ação pacífica, uma vez que não houve nenhuma manifestação popular. A ideia dessas árvores terem sido transplantadas para um jardim, foi uma boa opção. -----

-----Em relação à Clínica de Hemodiálise, gostaria que a ele como líder da bancada do PSD, lhe fossem apresentadas provas de que o Executivo esteja a bloquear a vinda dessa clínica para Celorico da Beira, para assim ele mesmo poder agir. -----

-----Tendo-lhe sido dada a palavra, o Senhor **Deputado Miguel Espírito Santo** mencionou que, hoje em dia, com as redes sociais nada cai em esquecimento, se fossem às publicações de maio, junho e julho de dois mil e dezassete, vêm o Senhor Primeiro Ministro, António Costa, a descerrar bandeiras, inaugurações de estradas, lançamento de pedras, etc. Portanto, as redes sociais também servem para divulgar o que o Município fez e têm toda a legitimidade para o fazer com o Executivo em vigor.-----

-----Em resposta, o Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que, normalmente os partidos que sustentam o poder têm pecados. -----

-----Disse ainda, estarem ali irmanados naquilo que é o espírito do 25 de abril, sendo este, sempre que uma Câmara quiser. Partilha da opinião do Senhor Deputado Joaquim Abreu de que, no momento das comemorações todos devam estar juntos, para que haja um momento de união e depois, cada um vai almoçar onde bem quiser. -----

-----Deu conhecimento de que, a Câmara da Guarda fez uma grande sessão solene onde foi homenageada uma grande Mulher e tudo o que dizia respeito à participação da mulher na sociedade, uma vez que, a mulher, até ao 25 de abril de 1974, não podia participar nas forças militarizadas, não podia ir para a polícia, não podia ser magistrada, etc. Foi no Distrito da Guarda que apareceu uma Mulher que disse que, a mulher tinha os mesmos direitos que o homem. Também na Assembleia Municipal da Guarda foi feita uma homenagem a essa grande Mulher, de seu nome Carolina Beatriz Ângelo. -----

-----Sugeriu por fim, que se realizasse uma sessão solene no próximo 25 de abril. -----

-----Tomando a palavra, a Senhora **Deputada Alexandra Monteiro** disse que, trabalhava na área do marketing digital e, como tal, tinha de intervir relativamente ao *facebook* achando que era um tema desnecessário para ali. Estava-se em campanha eleitoral e, por isso, havia frases que não faziam sentido colocarem-se no *facebook* institucional. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA UM DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZANOVE**-----

-----Foi presente a ata n.º 01/2019, referente à sessão ordinária do dia um de fevereiro de dois mil e dezanove, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.-----

-----Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correções, foi a mesma aprovada por maioria, com duas abstenções.-----

-----**2. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA VINTE E NOVE DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZANOVE**-----

-----Foi presente a ata n.º 2/2019, referente à sessão ordinária do dia vinte e nove de março de dois mil e dezanove, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.---

-----Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correções, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção.-----

-----**3. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----**EXPEDIENTE**-----

-----O Senhor **Deputado Miguel Espírito Santo**, segundo secretário da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata **(2)**, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar.-----

-----**4. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 53.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara deu

conhecimento por escrito da atividade do Executivo, desde a última sessão ordinária até à presente, documento que se anexa à presente ata (3). -----

-----**5. PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018**-----

-----Foi presente o documento em título, aprovado por maioria, em reunião do Executivo, realizada no dia dezassete de abril de dois mil e dezanove, cuja cópia do documento se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por referir que o Município se encontra num processo de saneamento financeiro, logo estão obrigados a uma redução de dívida, tendo de cumprir com a Lei dos compromissos.-----

-----Disse ainda que, dentro dos pagamentos do saneamento financeiro existem também algumas situações mais gravosas, não só dentro do montante da dívida, devido aos juros que acarretava, mas também em questões jurídicas, nomeadamente as dívidas às Águas do Zêzere e Côa, hoje denominadas Águas do Vale do Tejo, à empresa Manuel Rodrigues Gouveia - MRG e ao Banco Comercial Português – BCP. No entanto essas são questões que já se encontram praticamente resolvidas. -----

-----Atualmente a parte negativa são as questões relacionadas com o IMI, nomeadamente das eólicas que trouxe ao Município um contratempo de cerca de 200.000€. Contudo, e apesar dessas obrigações, conseguiram ainda fazer algumas obras derivadas de candidaturas como, por exemplo, nas escolas, nomeadamente a escola de Sta. Luzia que está quase concluída, as ETAR's, a pavimentação na rotunda da Central de Camionagem, a recuperação da casa do Mercado dos Paus, algumas intervenções de limpezas e mesmo alguns eventos que também trazem sempre alguns custos.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu a palavra ao Responsável pela Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para prestar os esclarecimentos necessários. -----

-----O Técnico começou por dizer que, em relação ao assunto em análise, as contas de gerência de 2018, é uma obrigação que resulta da Lei, em que cabe ao Executivo aprovar para remeter as mesmas para a Assembleia Municipal. -----

-----O ano de 2018 caracteriza-se por um ano em que tiveram a influência do saneamento financeiro. Processo esse que, o Município de Celorico da Beira aderiu no ano 2017 com a aprovação na Assembleia Municipal e concluiu com a autorização da contratualização de empréstimos para liquidação de dívida em atraso no segundo semestre de 2018. -----

-----A adesão a este mecanismo implica que, o Município tenha que cumprir com os pressupostos previstos no Plano de Saneamento Financeiro, nomeadamente no que diz respeito às execuções orçamentais e individuais, e cujo acompanhamento deverá ser efetuado pela Assembleia Municipal através da apreciação de um relatório semestral. -----

-----No entanto, tendo em consideração que os empréstimos foram utilizados apenas nos meses de julho e agosto de 2018 e que as dívidas foram pagas ao longo dos restantes meses do ano, não é possível de momento estabelecer um comparativo rigoroso com os mapas anuais constantes do plano de saneamento financeiro, já que o mesmo apenas esteve em vigor em parte do segundo semestre de 2018. Assim, apenas se elaborou um pequeno relatório sobre as dívidas pagas por cada empréstimo, sendo que é compromisso do Executivo apresentar à Assembleia Municipal um relatório completo da execução do plano de saneamento financeiro, aquando da apresentação das contas do primeiro semestre de 2019 que, em princípio será apresentado na Assembleia Municipal ordinária do mês de setembro. -----

-----O ano de 2018 ficou também marcado por uma grande redução nas receitas de IMI face aos anos anteriores, tendo em consideração as devoluções que o Município foi obrigado a efetuar de IMI cobrado entre 2013 e 2016, às empresas que exploram os parques eólicos no Concelho. As empresas colocaram processos judiciais à Autoridade Tributária, questionando a legalidade da cobrança do IMI sobre as infraestruturas onde estão assentes as ventoinhas e, o Tribunal Central Administrativo do Sul confirmou as sentenças das instâncias inferiores que eram favoráveis às empresas. Assim, a Autoridade Tributária deixou de cobrar em 2018 o IMI de 2017 a estas empresas, para além de que reteve as receitas de IMI do Município para poder proceder à devolução dos valores cobrados em anos anteriores num montante de cerca de 244.000€, se forem contabilizadas as restituições também efetuadas já em 2019. O Município procedeu ao registo contabilístico ainda em 2018 da receita e respetiva devolução de IMI, nos montantes que o orçamento do Município permitia (214.000€), de modo a não afetar as execuções orçamentais, tendo ainda ficado por contabilizar orçamentalmente cerca de 30.000€ que serão contabilizados em 2019. Estas retenções ocorreram ao longo do ano de 2018, mas a maior parte foi efetuada apenas no mês de dezembro, onde foram retidos perto de 140.000€, não tendo o Município recebido qualquer receita desse imposto nesse mês. Esta situação colocou em causa diversos compromissos assumidos pelo Município, nomeadamente o pagamento de despesas afetas a obras cofinanciadas por fundos comunitários, cujas dívidas tiveram de transitar para 2019, onerando o orçamento e a tesouraria do corrente ano. O Município foi completamente alheio a esta situação e apesar de ser o beneficiário da receita do IMI, foi a Autoridade Tributária que definiu os critérios que levaram à cobrança do imposto às empresas nos anos anteriores e recebeu os respetivos encargos com a cobrança dos mesmos. O Município nunca foi ouvido como parte interessada no âmbito dos processos judiciais, nem nunca recebeu qualquer relatório ou comunicação da Autoridade Tributária sobre

a existência dos processos, nem sobre os montantes retidos e a sua respetiva decomposição. É intenção do Município solicitar mais esclarecimentos sobre esta matéria tanto à Autoridade Tributária, como à Associação Nacional de Municípios Portugueses que foi alertada em 2018 pelo Município de Celorico da Beira da existência desta situação. -----

-----Apesar dos constrangimentos anteriormente mencionados em 2018, o Município conseguiu realizar diversas obras. -----

-----Também foram realizadas ao longo do ano diversas atividades que visaram a promoção cultural, turística e gastronómica do Concelho de Celorico da Beira, de onde se destacaram eventos como a Feira do Queijo, a animação no âmbito do projeto INature promovido pela “ADIRAM” que incluiu uma prova de Enduro BTT e os festivais do Borrego e da Castanha, a “Cultura em Rede” promovida pela “Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela” com diversas recreações históricas na vila, o Festival do Parapente de Linhares da Beira, as animações promovidas pela “Associação Aldeias Históricas de Portugal” em Linhares da Beira, e as festividades natalícias em Celorico. -----

-----Este relatório pretende de uma forma simples, analisar as situações mais relevantes em termos financeiros que ocorreram em 2018, bem como serão apresentados valores anuais para comparação com anos anteriores. Serão feitas análises à situação orçamental, despesas com o pessoal e demonstrações financeiras, bem como uma análise à situação financeira de um modo geral e enquadrado na conjuntura atual. -----

-----Em termos de análise orçamental, tanto nas receitas obtidas como nas despesas pagas, o saneamento financeiro afeta as contas do Município de uma maneira transversal. Basicamente a nível de receitas têm as receitas de empréstimos, a nível de despesas o Município tem a dívida de 11M€ parcialmente liquidada, nomeadamente dívidas em atraso. Pode-se dizer que, neste momento a Câmara se encontra numa situação bem mais folgada. -----

-----A nível de despesas com o pessoal, houve um ligeiro aumento face ao ano anterior, sendo que o mesmo se deve a diversos fatores, tais como o aumento do salário mínimo face a 2017, o descongelamento das progressões nas carreiras dos funcionários públicos e também o facto de o Executivo passar a ter mais elementos. -----

-----Disse que efetivamente este ano vão tentar avançar com uma reformulação dos contratos do saneamento financeiro. Ou seja, tentar que alguma instituição financeira consiga consolidar a dívida toda num empréstimo com uma taxa mais baixa do que aquela que conseguiram, no sentido de poupar juros, poupar na despesa corrente e ganhar alguma tesouraria.-----

-----Tal como anteriormente estava a dizer, houve uma grande alteração na estrutura do balanço, ou seja, deixaram de ter menos dívida nas dívidas a curto prazo e mais dívidas de médio e longo prazo. De qualquer maneira, de uma forma geral há uma redução da dívida face ao ano anterior.-----

-----Continuou dizendo que, também se deve evidenciar que em 2018 foi contabilizada a redução da dívida ao Fundo de Apoio Municipal - FAM, que inicialmente era de 258.398,52€, mas que por força no disposto na Lei de Orçamento de Estado para 2018, diminuiu para 48.450€ já que foi reduzida a participação dos Municípios no respetivo fundo para além dos pagamentos anuais a este fundo. -----

-----Assim, registou-se efetivamente uma redução da dívida a terceiros no valor de 1.476.61€, face a 2017, sendo que a maior parte da redução resultou, para além da redução da contribuição para o FAM, da amortização da dívida bancária, da regularização de subsídios atribuídos e pagos em anos anteriores, mas também dos pagamentos resultantes de acordos de regularização de dívida. -----

-----Ainda no âmbito da dívida a terceiros, salientou a posição da Câmara relativamente à Resiestrela, começando por explicar que, quando se criaram os sistemas multimunicipais, todos os Municípios tiveram uma participação com uma subscrição de capital. Mas, na sequência das

dificuldades financeiras, o Município nunca conseguiu realizar um capital nem na Resiestrela, nem nas Águas do Zêzere e Côa. Aconteceu que, no último relatório da IGF – Inspeção-Geral de Finanças foi recomendado que o Município reconhecesse nas contas a subscrição na Resiestrela.-----

----- Nos últimos anos, a Resiestrela converteu para realização de capital, os dividendos que supostamente tinha de distribuir aos associados e assim a subscrição do capital fica subscrita, mas por outro lado, fica por realizar a dívida do capital. -----

-----Continuou, referindo que da análise dos resultados do ano de 2018, se pode verificar um grande aumento do resultado líquido, apesar de haver uma redução nos resultados operacionais. -----

-----Em 2018 houve uma questão, que teve a ver com um processo no âmbito da habitação social, em que a sentença previa a possibilidade de o Município ter de pagar o montante de 750.000€ de juros moratórios à empresa “MRG”. Tendo em conta essa situação, chegou-se a acordo com a empresa, pagou-se a dívida do saneamento e não irão debitar qualquer juro que seja. -----

-----Nos custos e perdas financeiras estão refletidos essencialmente custos com juros à banca e juros moratórios, sendo que os juros bancários aumentaram face a 2017 tendo em consideração que se começou a amortizar os empréstimos de saneamento financeiro e os respetivos juros. -

-----Nos impostos e taxas reflete-se a redução da receita do IMI face ao ano anterior, tanto no que respeita a redução da taxa de 0,5% para 0,4% em 2018, como pela devolução de IMI de anos anteriores às empresas que exploram os parques eólicos no Concelho. -----

-----Relativamente aos proveitos suplementares, estão contabilizadas as rendas cobradas pelo Município, onde se inclui a renda de concessão paga pela EDP, bem como se encontra especializada a renda de 2018 cobrada à empresa “Águas do Vale do Tejo S.A.” no âmbito dos acordos firmados com essa empresa.-----

-----Nos proveitos e ganhos extraordinários estão incluídas algumas regularizações de dívidas transitadas de anos anteriores, existindo redução de provisões. O saldo desta conta reflete essencialmente a redução de provisões resultante do pagamento de dívidas em atraso e os respetivos acordos para anulação de potenciais juros moratórios, de onde se destacam a redução de 1.030.000€ relativos à Caixa Geral de Depósitos e 751.000€ relativos à “MRG – Engineering & Solutions S.A.”. Também estão refletidos cerca de 212.000€ relativos à especialização rendas de anos anteriores pagas em 2019 pela empresa “Águas do Vale do Tejo S.A.”, bem como cerca de 193.000€ relativos a acertos efetuados aos saldos operações de tesouraria que se verificou estarem incorretos. -----

-----Os resultados do Município para o período em análise registaram um valor positivo de 2.059.195,97€, que resulta num grande aumento face ao ano anterior, devendo-se ter em consideração o grande aumento de resultados extraordinários já explicados anteriormente. -----

-----O Município ganhou mais capacidade de liquidar dívidas a curto prazo. -----

-----No que concerne ao endividamento, as dívidas a terceiros, nos últimos três anos reduziram cerca de 2M€, a nível das finanças locais o Município reduziu cerca de 25% do excesso de endividamento, ultrapassando a redução de 10% do excesso a que estava obrigado pelo RFALEI. Os dados oficiais da DGAL relativamente a 2018 só estarão disponíveis após 30 de abril 2019, sendo que os valores apresentados são ainda provisórios, dado que ainda falta apurar a contribuição de outras entidades para o endividamento do Município. -----

-----A nível de dívidas a terceiros, os valores são relativamente estáveis, e refletem dívidas relativamente a águas e saneamento, transportes e dívidas relativamente a vendas do Solar do Queijo. Deve-se salientar que em 2017 também foram integradas dívidas da EMCEL. -----

-----No que diz respeito ao cumprimento da Lei dos Compromissos, à semelhança dos anos anteriores o Município tem pugnado pelo

cumprimento com os pagamentos em 90 dias, tendo sido implementados procedimentos para que todas as despesas tenham compromisso prévio, bem como têm contabilizado os compromissos plurianuais, sendo os mesmos comunicados à Assembleia Municipal nos termos da Lei, e têm controlado os fundos disponíveis visto que ainda têm pagamentos em atraso. Os pagamentos em atraso foram substancialmente reduzidos em 2018 para cerca de 513.000€, em contraste com cerca de 6.743.000€ verificados em setembro de 2017, situação que se justifica com os pagamentos das dívidas em atraso através do saneamento financeiro. Dos pagamentos em atraso existentes no final de 2018 a maior parte era referente a dívida à empresa “Águas do Vale do Tejo S.A.”, com a qual se estabeleceram acordos de regularização de dívida, situação que permitirá quase eliminar os montantes de pagamentos em atraso no decorrer de 2019. Também se encontra em vigor um plano de pagamentos com a ADSE para liquidação de dívidas antigas, que não relevam para os pagamentos em atraso por força do acordo estabelecido.-----

-----Conforme evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, o Resultado Líquido apurado no exercício de 2018 foi positivo no valor de 2.059.195,97€. -----

-----O ano 2018 pode ser considerado o ano zero, mas terá de existir muita cautela com a elaboração dos orçamentos e, caso se verifique que não se está em cumprimento, terão de ser feitas revisões orçamentais. Pois, se o Município durante dois anos seguidos não cumprir com pelo menos 85% de execução, as entidades são obrigadas a mandar cartas a dar um alerta ao Executivo e à Assembleia Municipal de que poderão estar a endividar. -----

-----Se as métricas forem cumpridas, o Executivo praticamente se gere a ele próprio. -----

-----Também a questão da execução das candidaturas têm de ser muito bem controladas, feitas de maneira a que não sejam executadas todas ao

mesmo tempo, porque depois não há tesouraria para alavancar com todos os projetos. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, em conclusão do que foi apresentado disse que, a dívida está concentrada em três instituições bancárias, mas os juros acabam por trazer custos significativos. Já começaram a negociar com a banca, porque os 3% de juros que pagam à Caixa Geral de Depósitos, é um juro alto e pretendem que diminua, sendo que os juros elevados acabam por ser um encargo muito grande para o Município. -----

-----Pedindo esclarecimentos, o Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que, relativamente às contas parece que todos os males das mesmas passam pela redução de IMI, mas no entanto, não houve Etar's, não houve investimento, mas houve um resultado final positivo. Quanto aos cento e dez mil euros referentes a despesa com pessoal, houve o descongelamento das carreiras e o aumento do salário mínimo, porém isso representa oitenta mil euros e nessa sequência questionou o número de funcionários que se reformou, os que têm licença sem vencimento, quantos estão em mobilidade e quantos progrediram na carreira. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, não se trabalhou só no sentido da redução da dívida, mas também no sentido da concretização de algumas obras e que, por ventura, só foram possíveis porque houve alguma receita. -----

-----Relativamente às Etar's, de doze que estavam projetadas, dez já estavam concluídas, a escola de Santa Luzia também estava quase terminada, assim como a casa do mercado dos paus, as obras na rotunda da central de camionagem e também procederam à limpeza das faixas de interrupção do combustível, bem como, alguns eventos que também foram realizados pela Autarquia. A nível de receitas, o Município de Celorico da

Beira, tinha receitas muito reduzidas, o que significava que, apesar de desejável reduzir os impostos, também não se podia correr o risco de se entrar em colapso. -----

-----Quanto aos custos com o pessoal, a grande fatia da despesa deve-se ao descongelamento de carreiras e ao aumento do salário mínimo. A nível das mobilidades, houve entradas e saídas de funcionários, mas estas, neste momento, trazem menores custos. -----

-----O Técnico José Tavares esclareceu que, na questão do IMI o Município teve resultados em termos financeiros, mas existem obrigações que a Câmara assumiu, que têm a ver com o cumprimento do plano do saneamento financeiro. Dentro de dois anos, o Município tem de sair do saneamento financeiro e só conseguirá sair do excesso de endividamento com base nos critérios estabelecidos na Lei, que têm a ver com as receitas correntes que podem ser as taxas municipais, os fundos estatais, receitas próprias e os impostos. A Autarquia, não tem grandes receitas próprias e deixou de ter receita corrente, sendo que, o grosso da receita corrente advém dos impostos e dos fundos estatais que recebe. -----

-----Tomando a palavra, O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** referiu que, em relação à apresentação das contas, estava esclarecido, parecendo-lhe que a gestão praticada era a que a Lei exigia e os 25% de redução de endividamento era bom, uma vez que dentro de poucos anos poderão sair desse mesmo endividamento. Existe talvez, bastante rigor e controlo, uma vez que têm o compromisso do pagamento dos empréstimos. Na sua opinião, acha que reconquistaram uma boa imagem e confiança dos parceiros e que deveriam aprovar as contas por unanimidade. -----

-----**Submetidos os documentos de Prestação de Contas de 2018 a votação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar os mesmos, por**

**maioria, com nove votos contra, dezoito votos a favor e cinco abstenções.** -----

-----Mais deliberou, aprovar esta deliberação em minuta. -----

-----**6. 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S 2019** -----

-----Foi presente para aprovação, a 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2019, documento cuja cópia se anexa a esta ata **(5)**, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Para este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu a palavra ao Técnico José Tavares que esclareceu que esta revisão ao orçamento e GOP's de dois mil e dezanove foi elaborada nos termos do POCAL e tinha como objetivo essencial transitar o saldo orçamental do ano anterior no valor de 126.755,72€, conforme definido nos mapas de fluxos de caixa das contas de gerência de dois mil e dezoito. O valor do saldo de gerência deverá servir para cobrir essencialmente despesas correntes conforme definido no SATAPOCAL. -----

-----Mais disse que, o montante do saldo de gerência foi distribuído por diversas rubricas da despesa corrente cujas dotações precisavam de reforço. Foram também atualizados os valores de dois mil e dezanove e dois mil e vinte de despesas de capital, nomeadamente de algumas candidaturas, tendo-se igualmente acertado a receita das mesmas em dois mil e dezanove no valor total de 64.212,40€. A incorporação do saldo de gerência do ano anterior, implica uma alteração do valor global do orçamento, pelo que obriga a uma revisão orçamental. -----

-----Solicitando esclarecimentos, o Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse ter ficado com algumas dúvidas, relativamente aos vinte e seis mil euros que tinham a ver com a eletrificação. Já ouviu falar que se abdicou

do projeto das Piscinas Municipais para se substituir pela iluminação pública em led's, mas até ao momento, não viu nem uma coisa nem outra. -

-----  
-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, o processo relativo à iluminação pública tem estado parado, pois nas candidaturas da eficiência energética as verbas estavam bloqueadas. No entanto, todos os projetos têm de ser dinâmicos e têm surgido outras alternativas, uma vez que as piscinas se encontram localizadas na zona histórica dá-lhes uma outra visão das coisas, mesmo a nível do IFRU – Instrumento Financeiro Reabilitação e Revitalização Urbanas. Informou que, havia a possibilidade de intervir nas piscinas através da utilização do empréstimo do IFRU, em que o juro é muito baixo, 1%, por um prazo de vinte e cinco anos ao nível de pagamento, com um período de carência de quatro anos. Quanto à eficiência energética da rede pública, disse que, a mesma seria feita em duas modalidades, a de economizar, com o dinheiro da candidatura e outra a nível do programa ESCO. -----

-----  
-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor e treze abstenções, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do ano de 2019.**-----

-----Mais deliberou, aprovar esta deliberação em minuta. -----

-----**7. NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL**-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que, nos termos da alínea i), do artigo 41.º, da Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, é necessário proceder à nomeação de um representante das juntas de freguesia, pela Assembleia Municipal, para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil. -----

-----Foi entregue à Mesa uma proposta subscrita e acordada pelos Grupos Municipais PS e PSD, com assento na Assembleia Municipal, propondo para a composição da Comissão Municipal de Proteção Civil, o seguinte Presidente de Junta de Freguesia:-----

-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão.-----

-----**8. RELATÓRIO Nº 2/2019 - 2ª SECCÃO - VERIFICAÇÃO INTERNA DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA - GERÊNCIAS DE 2011 E 2012**-----

-----Foi presente pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia um relatório do Tribunal de Contas, para a Assembleia Municipal tomar conhecimento da recusa de homologação das contas das gerências de 2011 e 2012, documento cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Tomando a palavra, o Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que, o Tribunal de Contas não visou as contas de dois mil e onze e dois mil e doze, o processo foi arquivado e a Câmara Municipal foi efetivamente condenada. Esse relatório espelha trinta e um milhões de euros de passivo que, quando o anterior Executivo saiu, ficaram com dezasseis milhões de euros e que com o saneamento financeiro ficariam mais ou menos doze milhões de euros. Houve várias candidaturas que estão espelhadas neste relatório, nomeadamente, dívidas que refletiam as Águas do Zêzere e Côa, a EDP, a Resistrela e também nessa altura estiveram em causa os ordenados dos funcionários, mesmo assim, o Executivo anterior recuperou cerca de um milhão e meio por ano. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Deputado Miguel Espírito Santo** disse que, não iria falar em concreto do relatório, mas quis deixar um alerta para

os Deputados e para o Executivo. Uma vez que, este tipo de situações trazem sempre responsabilidades a todos que votam as contas, devem sempre ter algum cuidado no sentido do seu voto. E por isso, não compreende como é que o PS, que certamente votou a favor no sentido de serem aprovadas, em dois mil e onze, agora votam contra; no mínimo, poder-se-iam abster. -----

-----Tomando a palavra, o Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que, à partida este parecia ser um ponto que não se iria debater, mas afinal, confirma-se que há uns anos atrás, a dívida chegou aos trinta e um milhões de euros. Porém, têm de se lembrar do tipo de gestão que foi praticada no passado e que os levou ao saneamento financeiro que têm hoje de pagar.--

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** mencionou que, o passado não interessa, o essencial é não se repetirem os mesmos erros. As situações aconteceram e os responsáveis têm de assumir os seus atos, sendo que a responsabilidade máxima será sempre do Presidente da Câmara. Ali, referem-se aos anos de dois mil e onze e dois mil e doze, que mediou um período de tempo, que foi uma legislatura e meia.-----

-----Prestando esclarecimento, o Técnico José Tavares informou que as últimas contas que foram homologadas pelo Tribunal de Contas foi no ano de dois mil e seis, e a partir daí a Câmara passou a estar em excesso de endividamento. Desde que entrou em vigor o novo quadro legal, estas situações estavam sempre a acontecer. -----

-----Disse também que, este relatório tinha a ver com questões relacionadas com o endividamento, o não cumprimento dos princípios de equilíbrio corrente, as dívidas à ADSE e questões de inventário do património do Município. Todos os pontos elencados naquele relatório estiveram refletidos nos relatórios de gestão das respetivas contas, dos

respetivos anos. Todos os anos que o Município esteve em incumprimento, havia a possibilidade de existirem relatórios como aquele.-----

-----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram vinte e três horas e trinta e quatro minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

-----

-----

-----